

CIÊNCIA E SENSO COMUM: reflexões epistemológicas em busca da verdade

*Science and Common Sense: epistemological
reflections seeking to the truth*

Solange Carvalho*

1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta pontos de reflexão sobre a verdade no discurso científico e no senso comum. Durante muito tempo, tornou-se comum creditar verdade no discurso científico, mas como a verdade científica não escapa à influência histórica, algumas inquietações se fazem presente: o que vem a ser a verdade nesse discurso e até que ponto a ciência a revela? Os cientistas vêm com a proposta de tentar descartar as outras verdades, ou seja, apresentar que a ciência se pretende “absoluta”. O senso comum, por sua vez, em sua concepção filosófica, já foi mais valorizado no século XVIII, quando emerge com o propósito de combate à ideologia.

Nosso objetivo é analisar o *status* da ciência e do senso comum na pós-modernidade. Para tanto, fundamentamos a pesquisa nos pressupostos teóricos de Sousa Santos (2001) e Bachelard (2006), Kuhn (1991), Popper (1980) além dos olhares epistemológicos de outros autores, a exemplo de Dascal (1978).

No final do século XV, a verdade religiosa era o referencial à época. No final desse século, essa verdade entra em crise dando lugar à razão. O homem busca ser senhor do seu destino. A verdade racionalizada se impõe para ser o “discurso verdadeiro”. A partir do século XVI, dá-se o início da Revolução Científica, cujo apogeu será atingido apenas no século XVIII. No século XIX, o modelo científico de racionalidade se estende às ciências sociais.

* Doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Linguística (UFPE). Professora de Sociolinguística na Faculdade Luso-Brasileira (Falub). Revisora Linguística na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). carvalho.solange@gmail.com

Em sua estrutura teórica, a verdade poderia estar bem inserida dentro dos estudos sobre o discurso científico. Neste artigo, no entanto, optamos por trabalhar a verdade a partir da ótica de dois cientistas que causaram impacto na comunidade científica com a contribuição de suas obras: Tomas S. Kuhn e Karl Popper.

Depois da discussão sobre a hegemonia do discurso científico, passaremos a refletir sobre uma possível compatibilização no discurso de Kuhn e Popper, com o fim de conjecturarmos sobre em qual discurso se encontra a verdade, ou pelo menos, que posicionamento estaria no caminho mais “acertado” em busca da verdade, se Popper que privilegia o espírito crítico do cientista, ou se Kuhn que busca respaldo na história da ciência.

Por fim, teceremos algumas considerações a respeito da verdade científica e da repercussão do pensamento “kuhniano” e “popperiano” na comunidade científica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO

Para adentrarmos na questão dos efeitos de dominação da ciência, precisamos antes retomar a genealogia do discurso científico. Na origem desse discurso, encontra-se a verdade como primeiríssimo elemento constitutivo da ciência. A problemática estaria no seu conceito. Mas “o que é a verdade?”, tal como perplexamente indagou Pilatos (JOÃO, 18: 38a) por ocasião do julgamento de Jesus. A resposta certamente faz parte do jogo de poder em que estão inseridas as práticas sociais.

As verdades estão todas intrinsecamente inseridas a partir de uma prática de poder e exercem uma força nas pessoas e nas sociedades que as aceitam. O campo das relações sociais é um campo de poder que define o que vem a ser verdadeiro em cada momento para uma pessoa ou para toda a sociedade em uma dada época.

Em que pese ser a verdade constituída para a ação, ela necessita de algo que a torne válida como uma verdade socialmente relevante e aceitável. A verdade é histórica, ou seja, tem caráter relativo; não é perene, pois o jogo de poder ameaça sua estabilidade, posto que a coloca sob a influência da história, numa luta cerrada para permanecer credenciada. A

verdade instituída pode entrar em conflito com outra divergente, a nova verdade a qual, por sua vez, tem por meta desconstruir a primeira para que então possa se autoafirmar. As verdades não surgem isoladamente, elas se articulam em sentido mais amplo através da construção de um discurso.

O *status* conferido à ciência na modernidade camufla todo o conflito da sua gênese, o qual pode ser remontado até as disputas do século VI a. C., quando a verdade dos poetas gregos se validava pela autoridade de quem o proferia e pelo ritual que o definia. Era uma verdade legitimada pela autoridade da escrita consagrada e confirmada pela prática ancestral que remetia à identidade social dos gregos. Uma verdade que impunha respeito (sobre o acontecido e o que viria a acontecer). Uma verdade que estava descrita no destino de cada um. Quase um século depois, esta verdade entra em crise dando lugar ao conteúdo do enunciado e não ao ato da enunciação. Começa-se a desconstruir a tradição da autoridade como símbolo de validação e se desloca para a busca de sentido naquilo que se diz. A validação da antiga verdade “reveladora” cede lugar a um procedimento que analise a forma da verdade enunciada e seu objeto. Passam a vigorar os critérios de verdadeiro e falso como formas de validação da verdade. A verdade socrática estabelece o critério da razão como validação de qualquer forma de verdade. Essa razão está em relação a uma essência natural das coisas e é nessa essência que agora se descobre a verdade natural do ser.

- O saber científico apresenta-se coerente com o princípio epistemológico do método empírico que o sustenta, segundo o qual nada que não for comprovado não pode ser verdadeiro.
- O que valida um discurso científico como verdadeiro, a partir do século XVII, é a *utilidade* como sua referência mais significativa e o método da *empíria*. A comprovação empírica e a utilidade deram um novo sentido ao símbolo da verdade. A verdade vai incorporar o poder prático da técnica, o poder de intervir na mudança da própria natureza. O símbolo moderno da verdade científica gerou-se na busca consciente de um poder racional, sobre a natureza.
- O discurso religioso foi hegemônico durante séculos. Os demais discursos ajustavam-se ao padrão de validação da verdade religiosa, pois esta mostrava sua superioridade mediante o caráter “revelado” (afinal de contas, que outra verdade humana poderia competir com o sentido divino?).

- A modernidade, no entanto, suplantou o sentido revelado como critério de validação da verdade pelo sentido racional. A razão passou a se instituir como mediadora da verdade moderna.
- O discurso científico vai, pois, construir a verdade científica, apresentada como uma evidência natural, incontestável e despojada de qualquer metáforização, tem a pretensão de denotar fatos concretos. Sua naturalização lhe outorga um *status* de poder superior a quaisquer outras verdades, as quais deverão passar pelo crivo da verdade científica para validar ou não sua aceitação social.
- Nenhuma outra forma de verdade parece fugir à historicidade, e conseqüentemente à relatividade, como o faz a verdade científica. Ela pretende escapar à influência histórica e se autoconstitui como uma verdade natural.
- Na contemporaneidade, a aceitação social de um discurso e das práticas por ele propostas corresponde, em grande parte, a seu grau de cientificidade. Uma verdade será validada como tal se for capaz de se ajustar aos critérios de verificação do discurso científico, do contrário incorrerá em sua desconstrução pela sociedade. O sujeito contemporâneo se pauta a partir das verdades que considera cientificamente aceitáveis,¹ resiste fortemente a outros tipos de verdades que não sejam comprováveis pelo ponto de vista da ciência.

2.1.1 A hegemonia do discurso científico

Estamos no fim de um ciclo de hegemonia de certa ordem científica, conforme reconhece Sousa Santos (2001, p. 9). Em *Um discurso sobre as ciências*, Sousa Santos (1991) parte da caracterização do modelo de racionalidade que preside a ciência moderna e aponta os elementos que promovem a sua crise.² A pretensão da ciência moderna é alcançar a verdade absoluta por meio da observação e experimentação.

O modelo hegemônico apresenta a ciência como meio de se chegar à verdade, tornando-se um modelo global e totalitário pautado na observação sistemática dos fatos, sob o método rigoroso de controle dos fenôme-

¹ Para uma melhor clareza de como as pessoas andam sob os domínios da “verdade científica” tomando-a como parâmetro para as suas vidas, aconselhamos a leitura de ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*, 1983, p. 9-21.

² SOUSA SANTOS, 1991.

nos naturais, negando outras formas de conhecimentos. Tem a pretensão de conhecer a natureza para controlá-la e dominá-la, valendo-se da Matemática, classificando sistematicamente os fenômenos da natureza e formulando leis. Em outras palavras, por meio de leis físicas, preveem os fenômenos da natureza a subsidiados pela matemática. Com isso, supõem organizar o mundo “estável e determinável”. Esse determinismo mecanicista torna-se o sustentáculo da ciência moderna, em oposição às ciências sociais, reivindicam para si o mesmo *status* dessa racionalidade, mas até compatibilizar os seus resultados aos das ciências da natureza, têm uma longa trajetória pela frente. Dado ao caráter subjetivo das ações humanas, não há teorias explicativas para abstrair o real e controlar e provar por um método³.

Somente no século XIX, esse modelo se estenderia às ciências sociais, partindo assim para um modelo global de racionalidade científica. Que se diferencia do senso comum e das ciências humanas. Boaventura descreve a crise do paradigma dominante, considerada irreversível, iniciada por Einstein e a mecânica quântica que é o resultado de uma pluralidade de condições tanto sociais, quanto teóricas.

O fato é que o objeto de luta dos cientistas de hoje é o mesmo de há trinta anos: a luta pelo “comando” da teoria nos procedimentos de investigação. Avaliar uma teoria é a questão:

Melhores ou piores, as teorias somos nós a passar no espelho da nossa prática científica dentro do espelho maior da nossa prática de cidadãos (...). A prática é a única força vidente que nos permite avaliar as teorias e manter uma relação cordial com os fatos (...). A relação entre a teoria e os fatos é sempre uma relação às cegas (SOUSA SANTOS, 2000, p. 95, 96).

Para esse sociólogo, as possíveis causas de tal crise se dão por alguns critérios oriundos de condições teóricas e sociais, quais sejam: a teoria da relatividade de Einstein, que se opõe à noção de tempo absoluto, postulado por Newton; A mecânica-quântica, baseada no princípio da incerteza de Heisenberg e na teoria de Bohr, segundo a qual não há como observar e medir um dado objeto sem interferências; Questiona-se a matemática como regra única de explicação da natureza uma vez que não dispõe em si de linguagens para todos os fatos; A evolução científica da microfísica, da química e da biologia.

³ Id. Ibid.

Após essas limitações à hegemonia das ciências modernas, há que se considerar a reflexão sobre a construção do conhecimento científico.

2.1.2 A verdade em ciência: pontos e contrapontos entre Popper e Kuhn

Conforme registrado em “A verdade e o Discurso científico” (2006)⁴, as teses de Kuhn abalaram a convicção de que a ciência seria um empreendimento racional, o que permitiu uma revisão de aspectos metodológicos, que só favoreceu a Filosofia da ciência. *A Estrutura das revoluções científicas*, escrito por Thomas Kuhn, quando ainda aluno de pós-graduação, apresenta de início o conceito de *paradigma* para caracterizar a homogeneidade da ciência. O historiador das ciências,⁵ como gosta de ser reconhecido, já havia percebido, nas ciências naturais, um grau de consenso e unidade maior que nas ciências sociais. Para ele, o cientista normal quer provar, para si mesmo e para os colegas de profissão, que é um *expert* na resolução de um dado problema, uma vez que já fora antecipada pelo paradigma, ou seja, que busca alcançar o “dado” de uma nova maneira, assim, a ciência normal oferece “tranquilidade”. Ora, não se podem ignorar as implicações do Paradigma sobre a organização sociológica da comunidade científica e sobre a estrutura preceptiva dos participantes. Apenas com a revolução de um paradigma surge um conhecimento novo, formando, nas sequências, uma cumulatividade até a próxima revolução. O paradigma irá redefinir os problemas e as incongruências até então insolúveis, dando-lhes uma solução conveniente, e é nesse sentido, que ele vai se impondo junto à comunidade científica. Essa substituição não ocorre de um modo rápido; o período de crise, caracterizado pela transição de um paradigma a outro, pode ser longo. A crise mostra que o espírito crítico e a audácia na busca da verdade não são características do cientista o qual, segundo Popper, não questiona aquilo que já aprendeu, e sim o defende de modo insistente e procura resistir a mudanças bruscas que acarretem uma redefinição radical do trabalho até então realizado. Segundo o princípio kuhniano da tenacidade, a imagem do cientista é a de um sujeito pro-

⁴ CARVALHO, 2006, p. 2.

⁵ Idem.

fundamente conservador e que, a todo o custo, procura resistir à mudança. A escolha entre paradigmas alternativos fundamenta-se em fatores históricos, sociológicos e psicológicos. Kuhn busca passar da história para a epistemologia, passando por generalizações sobre as condições psicossociais que tornam possível o fazer científico. Procura pontos de interação entre as razões psicossociais que se fazem presentes no processo da racionalidade científica. A partir da reflexão kuhniana, a epistemologia sai da fase normal para reconhecer possíveis anomalias e a iminência de uma crise e uma revolução. De outro modo, se constatado que as fases kuhnianas não são inflexíveis na história da ciência, mas certamente ajudarão a esclarecer a obscuridade racional que é a ciência.

Cabe registrar os pontos convergentes e os contrapontos entre Kuhn e outro grande cientista, Popper (1980). Para tanto, é pertinente retomar algumas considerações.

A concepção dominante na época (1930) era que a ciência natural procedia indutivamente, quando Popper apresenta sua metodologia das ciências empíricas, causando impacto entre os empiristas lógicos que acreditavam ser a indução o método adequado para se fundamentar ou justificar sua hipótese. Popper se vale da dedução para excluir hipóteses falsas. Tanto a lógica indutiva quanto a dedutiva são métodos racionais. Ora, se a ciência não se nortear por nenhum deles, será então irracional, e isso nos parece pouco provável.

Uma convergência entre Kuhn e Popper se dá quando Kuhn afirma que “o caminho trilhado pela ciência não obedecia a nada que tenha semelhança com regra indutiva”, entretanto Kuhn não recomenda a busca da refutação como o fez Popper. O que se pode inferir da afirmação de Kuhn é que ele dá respaldo ao irracionalismo em ciência, no que foi duramente criticado, uma vez que acredita que o abandono de um paradigma não acontece por sua refutação empírica, mas pela morte de seus seguidores e descreve o cientista normal como um acrítico, obstinado, que não abre mão de sua hipótese mesmo diante de contraexemplos. Popper acredita que tal postura deve ser abandonada em detrimento de uma atitude crítica, aberta à refutação, pois apenas testando hipóteses ou teorias se pode desenvolver melhor teorias e aproximar-se mais da verdade.

Graças ao paradigma, o cientista que atira na ciência normal (prática científica não revolucionária) não é o pensador crítico, como interpreta Popper, pois tal cientista não contesta o paradigma, pelo contrário,

procura se ajustar a ele. Este é um dos grandes contrapontos entre Kuhn e Popper, em que para este, o cientista deve ter atividade crítica e revolucionária sempre, para aquele não é o que se percebe na história da ciência.

Segundo Popper (1980), as teorias são conjecturas que explicam a natureza e quando não conseguem, entram em crise, dando margem a novas conjecturas que possam explicar as discrepâncias. Para ele, a verdadeira ciência deveria fazer conjecturas ousadas a partir das quais o cientista procuraria refutá-las com base em experimentos. Seu método consiste em mostrar que as teorias são falsas por contradizerem resultados empíricos. Método este que se tornou conhecido como “falseacionismo”. Este não é um simples critério de testabilidade, mas todo um conjunto de procedimentos que leva à redução do erro nas teorias científicas. Kuhn (1991), no entanto, põe em dúvida a existência de falseamento. Para Kuhn, o trabalho do cientista é condicionado por paradigmas. Os paradigmas científicos ditam o método e os procedimentos aplicáveis em certo contexto histórico da ciência. Conforme registra Carvalho (2006), ao tempo em que as revoluções representam momento de descrédito do paradigma em vigor, elas configuram também um momento de transição a uma nova proposta de se fazer ciência.

O novo paradigma propõe uma nova solução, novos conceitos e terminologias para antigos problemas que o paradigma anterior não fora capaz de resolver e por isso entrou em colapso. Com uma solução convincente, o paradigma emergente vai se fixando junto à comunidade científica. Tal substituição ocorre de modo lento, a Crise percebida na transição de um paradigma a outro, pode ser de longa duração. A crise mostra que o espírito crítico e a audácia na busca da verdade não são característica do cientista, como dizia Popper. O cientista não questiona aquilo que já aprendeu, e sim o defende de modo insistente e procura resistir a mudanças bruscas que acarretem uma redefinição (feita por outro cientista, claro) radical do trabalho até então realizado, que são as realizadas por outros cientistas. Segundo o princípio kuhniano da tenacidade, a imagem do cientista é a de um sujeito profundamente conservador e que a todo o custo procura resistir à mudança.

Ficamos diante de um impasse: se Kuhn, baseado na análise das ciências, tem razão, ou Popper, para quem o espírito crítico é a postura mais saudável para a ciência. Segundo Lackatos (1979, p. 112), diante

do reconhecimento kuhniano do fracasso do justificacionismo e do falseacionismo quando das explicações racionais do desenvolvimento científico, parece voltar ao irracionalismo religioso. Duro é para nós concebermos a ciência como irracional. Embora Kuhn não defendesse explicitamente a irracionalidade científica, mas sim a historicidade da verdade científica, foi o que deixou transparecer ao explicar a mudança de um “paradigma” a outro como uma conversão mística que não pode se guiar pelas regras da razão. Certo é que sempre haverá defensores de uma teoria dominante e defensores de uma nova teoria na qual acreditam que terá êxito e poderá ser aplicada. O que pode haver de irracional nisso?

Um dos contrapontos entre Popper e Kuhn é que para o primeiro, a mudança científica é racional, ou pode ser reconstituída racionalmente (a lógica da descoberta) enquanto para Kuhn, a mudança do paradigma não se pauta pela razão (psicologia – social – da descoberta). A contraposição entre o modelo lógico de ciência popperiano e a descrição da ciência baseada na história e no modelo de ciência paradigmática é sempre interessante. A psicologia, em Popper, só é necessária à explicação das descobertas científicas e não à descrição da estrutura lógica em ciência. Para Kuhn, a psicologia interessa para explicar a adesão do cientista a um paradigma. Deixar a história, a psicologia e a sociologia da comunidade científica é teorizar sobre a ciência que não existe. Tamanha divergência terá implicações nas ciências sociais, para a qual, segundo a ótica de Sousa Santos (2001, p. 34), a verdade está no poder.

O modelo de ciência guiado por paradigma enfraquece a ideia de verdade absoluta, uma vez que a verdade seria referenciada por paradigmas diferentes. Assim, as ideias de ausência de regras metodológicas e de verdade relativa afastam Kuhn dos pressupostos de Popper.

A escolha entre paradigmas alternativos fundamenta-se em fatores históricos, sociológicos e psicológicos. Em *A estrutura das revoluções científicas*, obra preciosa para a racionalidade científica, Kuhn busca transcender a história da ciência para a epistemologia, passando por generalizações sobre as condições psicossociais que tornam possível o fazer científico. Procura pontos de interação entre as razões psicossociais que se fazem presentes no processo da racionalidade científica. A partir da reflexão kuhniana, determinado

paradigma sai da fase normal para reconhecer possíveis anomalias, a iminência de uma crise e de uma revolução. Ou simplesmente, se constatado que as fases kuhnianas não são inflexíveis na história da ciência, ainda assim, sempre ajudarão a esclarecer a obscuridade racional que é a ciência.

2.2 O PARADIGMA EMERGENTE: O CONHECIMENTO DO SENSO COMUM

Diante da visão de que não há como fazer previsões sobre o futuro senão pela imaginação, e do entendimento de que O senso comum é basilar ao conhecimento científico, ou seja, este é construído a partir daquele, Sousa Santos (2001) propõe um paradigma social “de um conhecimento prudente para uma vida decente” (SOUSA SANTOS, 2001, p. 37). Com isso, ele demarca a distinção entre o tipo de revolução científica do século XVI e o do final do século XX.

O autor advoga pela irreversibilidade da crise da racionalidade científica, primeiro devido aos limites do paradigma científico moderno, cuja fragilidade dos fundamentos foi demonstrada ao longo do avanço no conhecimento. Não pode alcançar a pretendida verdade se não é possível a neutralidade da utilização dos instrumentos observados. Outro ponto que justifica a crise é ter caído por terra a ideia da autonomia e do desinteresse do conhecimento científico, início do século, em face da industrialização da ciência. Essa crise leva-nos à reflexão epistemológica caracterizando os tempos de hoje pelos próprios cientistas ao repensar suas próprias práticas.

Assim, o paradigma emergente, conforme denomina Sousa Santos (1991), é um constructo científico cauteloso e mais sociologizante, ou seja, com base na relação ser humano, cultura e sociedade, aproxima as ciências naturais e sociais na busca pelo conhecimento.

Para alguns estudiosos da epistemologia científica (Popper, Kuhn, Lakatos, Feyerabend), grandes teorias científicas têm base não científica, contudo, segundo Morin (2007), essencial ao desenvolvimento da ciência.

Nessa perspectiva, outros autores, a exemplo de Manfredo Araújo Oliveira (1990), em *Saber popular e saber científico*, que corrobora ser o saber popular a base do saber científico, afirma:

A ciência não pode mais ser vista como algo que se contrapõe pura e simplesmente ao saber popular, pois, em primeiro lugar, emerge dele, uma vez que se origina de sua problematização; em segundo lugar, ela constitui a efetivação de um potencial implícito no próprio saber popular: potencial de criticidade. A ciência é a especificação sistemática e metódica dessa potencialidade (...). A racionalidade não é simplesmente trazida da ciência (o saber produzido através da mediação do debate crítico) ao saber popular, pois a racionalidade enquanto potencialidade é imanente a ele (OLIVEIRA, 1990, p. 9).

Como bem esclarecido pelo filósofo, o saber considerado não científico, o saber popular, é basilar ao saber científico. Diz ainda esse autor “sem saber popular não há ciência e sem ciência o saber popular corre o risco de ser tragado pelas tradições”. Há que se considerar, contudo, o crivo da ciência sobre o saber popular, uma vez que o universo simbólico em que estamos inseridos está atrelado ao poder, que é gerador de opressão.

Sobre não haver uma racionalidade, Fourez se posiciona: “Compreender uma proposição científica não é alcançar uma espécie de verdade eterna, mas é saber servir-se de um modelo de maneira concreta, em ligação com um certo número de projetos” (FOUREZ, 1937, p. 85).

Conforme Xavier⁶, são características do senso comum: subjetividade (impressões do próprio sujeito sobre os fatos); relativismo (a depender dos sentidos conferidos pelo sujeito avaliador); generalidade (tendência a estabelecer generalizações a partir das experiências cotidianas) e preconceito (concepções prévias pautadas apenas nas percepções, sem comprovação concreta).

2.3 O LUGAR DA LINGÜÍSTICA NAS REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

Desde o início do século XX, quando a Linguística ganha o *status* de ciência no momento em que Ferdinand Saussure apresenta

⁶ Coordenador do curso em EaD, op cit., cujo texto disposto no módulo é Senso comum X conhecimento científico. Disponível em: <http://nehte.com.br/curso01/modulo2/etapa1-senso-comum-conhecimento-cientifico.html>. Acesso em: 17 jul 2014.

a Língua como seu objeto de estudo, as pesquisas sobre a língua e a linguagem tornaram-se sistemáticas. Muitos pesquisadores valem-se de métodos precisos para estudar calculadamente a língua, afinal conceituam-na como “estudo científico da linguagem humana”. Borges Neto (2004), em *Ensaios de filosofia da linguística*, levanta um debate sobre essa cientificidade, questionando seu objeto e propósito e método apropriado. Se é ciência, precisa de um objeto e um método. A linguística tem o seu objeto, mas quanto ao método, qual o mais apropriado para garantir a cientificidade da linguística? Questiona Borges Neto (2004, p. 31). Embora goze de consenso entre os linguistas, a concepção da Linguística como estudo científico da linguagem não a define completamente haja vista abarcar outros “fazer científicos” cujo objeto é a linguagem. Há que se considerar o enfoque dado a esse objeto e seu modo de construí-lo. Assim, a linguística destaca-se na abordagem da linguagem em relação às disciplinas que estudam o mesmo objeto, uma vez que é ciência.

Em *Conversas com linguísticas*, sob a organização de Xavier e Cortez (2004), os linguistas são conduzidos a declararem suas posições em relação à Linguística. Alguns a consideram ciência por seu *status* adquirido no início do século XX, todavia outros consideram pré-requisito a definição de ciência. Diante dessa complexidade, o professor José Borges Neto, um dos linguistas entrevistados nesse livro, sente-se inclinado a corroborar, porém sem a mesma intensidade, as palavras de Kanavill Rajagopalan, que afirma ser a Linguística “uma paixão pela linguagem”. Considerando as leituras que fez de Thomas Kuhn, Paul Feyerabend e dos pós-modernos, como afirmou na referida entrevista, não há como dar continuidade a uma concepção de ciência como “conteúdos justificados”. A depender da definição de ciência a linguística pode ser considerada ciência ou não. Acredita que as respostas são muito particulares e discutíveis.

Para Borges Neto (2004), as teorias focam os fenômenos distintamente, constituindo assim seu próprio objeto de estudo.

Cada teoria delimita para si um objeto observacional, ou seja, uma “porção” da realidade que constituirá o seu objeto de estudos. Essa “porção” da realidade pode consistir quer de elementos puramente linguísticos, num sentido estrito (...), quer em

elementos linguísticos acoplados a seu contexto de produção, situação história, conjunto dos conhecimentos dos falantes que os empregam etc. Ela pode privilegiar a língua escrita ou a língua falada (BORGES NETO, 2004, p. 62).

Para esse autor, as metodologias escolhidas, além de delimitarem o objeto, também direciona como estruturar internamente as teorias.

No entendimento de que os estudos da linguagem estão classificados como Ciências Humanas e Sociais, há que se considerar o que estuda cada uma das subáreas da Linguística.⁷

A Linguística e suas tradicionais subáreas, a saber: Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica, Pragmática, bem como a Linguística Textual e a Análise do Discurso, a Sociolinguística estudam a língua em seus desdobramentos, cada uma, porém, conforme suas próprias concepções de língua e de linguagem. A Fonética e a Fonologia preocupam-se com os sons da língua, a primeira ocupa-se dos pontos de articulações onde o som é produzido e a Fonologia estuda os fonemas e o seu comportamento numa língua e, cabe registrar, ao fazê-lo, parte do conteúdo fonético, seja este articulatorio ou acústico. A Morfologia estuda a estrutura, a formação e classificação das palavras, que são agrupadas em dez classes gramaticais. Diferentemente da morfologia que foca nas palavras isoladamente, a Sintaxe vai se ocupar das funções, das relações de sentido entre as palavras e os sintagmas. A Semântica, por sua vez, foca nos significados (imaneses ou adquiridos) das palavras, signos, frases, enfim, das variadas interpretações. A Pragmática se ocupa dos enunciados construídos e os implícitos que podem ser inferidos. A Linguística de texto, rompendo paradigmas, elege o texto como unidade de análise e não a frase. A Análise do Discurso é uma subárea da Linguística que tem por objeto de análise o discurso, que sendo uma prática social de produção de textos, é uma construção social coletiva, trabalha, portanto, a construções ideológicas presentes na produção dos textos.

Outras vertentes da Linguística desenvolvidas nos meados do século XX pertencem a macrolinguística a exemplo da Sociolinguística,

⁷ Essa breve explanação sobre as subáreas da Linguística foi dada em resposta a uma das tarefas do Módulo 1, Atividade 3, Etapa 1 do curso em EaD de Tecnologias Aplicadas ao Ensino da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.nehte.com.br/ead/mod/assignment/view.php?id=20>. Acesso em julho 2014.

que em sentido amplo trata da linguagem em relação à sociedade. Seu objeto de estudo é a variação linguística. Cabe registrar que o autor da Teoria da Variação, William Labov, vai afirmar que é a língua (não distinguindo-a da fala, haja vista considerar fala e escrita modalidades de uma mesma língua).

Segundo Maria Cecília Mollica, em entrevista a Xavier e Cortez (2004)⁸, No século XIX, desenvolveu-se um modelo (comparativista) para o estudo da linguagem, e no início do século XX, a Linguística estabeleceu seu objeto de estudo e ganhou *status* de ciência. Nessa perspectiva, há que se considerar o modelo teórico para que se possa medir o grau de cientificidade da linguística. A partir de então, insiste-se nessa questão da cientificidade da Linguística.

Aquilatar o estatuto científico da linguística vai depender do grau de comprometimento com algum modelo teórico, assim como foi demonstrado na relação sujeito e língua e até do que é linguística. Também vai depender do modelo que se assume. E como o entendimento do nível de abrangência da área que vai variar bastante de modelo a modelo (MOLLICA apud XAVIER; CORTEZ, 2004, p. 146).

Diante desse quadro revelador de complexidade da definição da ciência e da Linguística como ciência, ou seja, da pluralidade discursiva dos diferentes paradigmas, essa sociolinguista destaca como desafio para o século XXI, conforme pergunta da sequência, as pesquisas suportadas nos modelos base cognitivista, além dos trabalhos comprometidos com a função social.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada para este artigo é do tipo exploratória de abordagem qualitativa, uma vez que não utilizamos tratamento estatístico dos dados coletados. Os teóricos que nortearam esta investigação científica foram os autores de referência Sousa Santos (1991; 2002); Bachelard (1996; 2006), Popper (1980); Kuhn (1975) e Borges Neto, quando à epistemologia linguística, o que não nos impediu de conferir pertinência aos olhares de outros autores renomados que se debruçaram sobre os estudos epistemológicos a exemplo de Dascal (1978), entre outros.

⁸ Op. cit.

Além das fontes secundárias, em que nos valem da pesquisa bibliográfica, utilizamos a fonte primária, em que a entrevista semiestruturada é considerada um importante instrumento de coleta.

O *corpus* utilizado para análise foi extraído da pesquisa realizada em um dos módulos do Curso em EaD Tecnologias Aplicadas ao Ensino da Língua Portuguesa, organizado pelo Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologia na Educação (NEHTE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os sujeitos da pesquisa foram funcionários da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) com escolaridade de Nível Médio e Superior. Foram quatro entrevistados, dois do Nível Médio e dois de Nível Superior.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Há uma suposta objetividade e neutralidade em ciência, ou seja, do método difundido pelo positivismo em que uma pesquisa social deveria ser realizada por instrumento padronizado, com uma linguagem observacional neutra para estabelecer generalizações e regularidade sobre a sociedade. Dessa feita, a realidade ficaria restrita ao que pode ser observado. Há, no entanto, percepções outras que somente o olhar acurado do pesquisador pode registrar, como aquilo que está por trás do óbvio, como quando trabalhamos com pessoas e não experimentos laboratoriais.

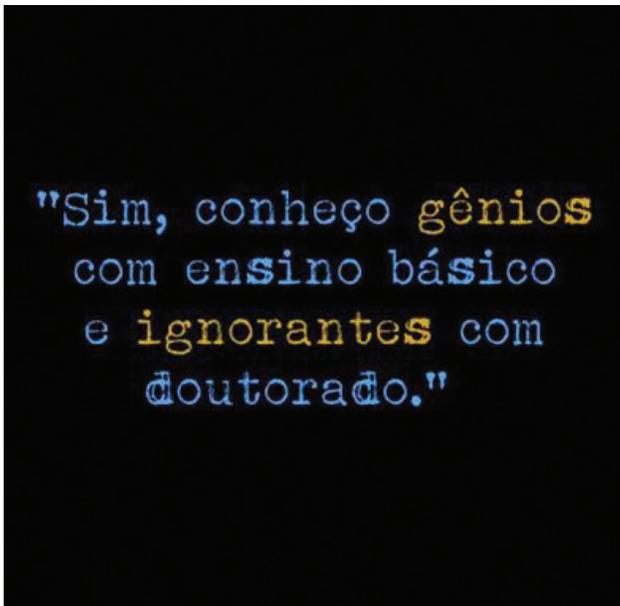
O senso comum tece afirmações fundamentadas na experiência concreta vivenciada, em que há relação entre sujeito e objeto os quais estão imersos em contextos específicos. É cabível de registro que há fatores condicionantes de determinados resultados de dados que receberam um tratamento estatístico e que devem ser levados em consideração. Por isso consideramos pertinente um método que priorize as abordagens qualitativa e quantitativa e não exclusivamente uma.

Ao perguntar sobre a concepção ciência e o senso comum, tanto o primeiro grupo, adultos universitários, quanto o segundo grupo, nível médio, partiram do princípio que ciência é conhecimento, a maioria relacionando-a a pesquisas e estudos. Ora, se ciência é conhecimento, por que nem todo conhecimento é científico? Em resposta a essa segunda indagação, relacionaram à questão da comprovação. Assim, o que não

pode ser comprovado cientificamente, ou seja, por meio de experiência não é considerado ciência.⁹

Apenas um dos entrevistados (de nível superior) considerou ciência a base de todo o conhecimento, afirmando que “há grandes cientistas analfabetos”. Entendemos que se referia ao conhecimento do senso comum, com igual valor de verdade que somente é remetido ao que se considerava científico à época do positivismo.

Em consonância às palavras do entrevistado acima, veja-se essa opinião de Lila Brum em entrevista ao Blog Vitamina Publicitária.



Blog Vitamina Publicitária com Lila Brum
E você, também conhece?
Revista Bula

Os resultados da pesquisa empírica remetem-nos aos postulados de Sousa Santos (1989; 2001) quanto à credibilidade que vem assumindo a metodologia das ciências sociais.

⁹ Cabe informar que a pesquisa para responder ao já referido curso em EaD, atendia a proposta de analisarmos se os entrevistados sabiam distinguir senso comum de ciência. Para atender ao propósito deste estudo, porém, utilizamos o corpus para analisar também o status da ciência e do senso comum entre as pessoas.

Entendemos que a maioria dos entrevistados (75%) consideraram em suas colocações o *status quo* da ciência, em relação à busca da verdade, enquanto que o conhecimento do senso comum não goza do mesmo prestígio entre eles, por basear-se em impressões, ou seja, relativizando assim a verdade advinda desse saber popular. Podemos relacionar as considerações dos entrevistados às características do senso comum (subjetividade, relativismo, generalização e preconceito) bem como abordado no aporte teórico deste breve estudo (Seção 22).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foi discutida a concepção de verdade na ciência e no senso comum, sob os prismas de autores de referência em estudos epistemológicos, quais sejam, Boaventura de Sousa Santos, Bachelard e os olhares acurados de Karl Popper e de Thomas Kuhn. Vale ressaltar que a questão da verdade, além de possuir implicações bastante relevantes para estudos sobre a filosofia da ciência, é tema que necessita ser examinado com maior profundidade sob vários ângulos. Isso porque a verdade no discurso científico não é apenas plural nas suas definições, mas nos diferentes contextos da sua existência e construção. Em nosso parecer, o seu caráter universalista é adequado como ferramenta teórica para apurar a reflexão.

Certamente que o discurso científico contemporaneidade se distingue do que vigorava nos meados do século XIX. Estamos em pleno século XXI e ainda vivemos sob os ditames da ciência, contudo, de uma ciência que está em contradição com sua proposta. Diante do que vem combatendo ao longo da modernidade, tornou-se refém, por estar presa a certo dogmatismo. As pessoas ainda a usam em seus discursos como argumento de autoridade: “a ciência diz...”; “isso é cientificamente comprovado”. Sabemos, no entanto, que tais afirmações não são seguras, uma vez que nada é de fato comprovado.

Diante dessa situação paradoxal que vigora nos dias atuais, perguntamos a nós mesmos: Qual o valor de tanto desenvolvimento científico, se ainda nos encontramos no mais absoluto reino da incredulidade epistemológica (como provavelmente acontecia nas épocas de crise da ciência)? Essa sensação de “perda irreparável” talvez seja a “cortina de medo” por trás da qual nos escondemos. Temos medo do novo, do desconhecido.

Como no processo de investigação sempre trabalhamos com o inesperado, o “bom senso” nos diz que é preciso, nesta fase de transição, de provável crise, que se faça uma reflexão epistemológica¹⁰ sobre a possibilidade de ser o conhecimento científico uma prática de saber como outra. Essa insegurança, nesse período de revolução científica, é devido ao fato de sermos muito avançados em nossa reflexão epistemológica e o passado nos deixou céticos quanto ao futuro.

Acima de tudo, o caminho que trilhamos neste estudo serve, ao menos, como uma reflexão sobre a desconstrução da verdade absoluta no discurso científico, atendendo assim ao nosso propósito. Não houve a pretensão de esgotar o tema neste trabalho, mas apenas de apresentar uma modesta contribuição sobre sua complexidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência. Introdução ao jogo e a s suas regras*. Edições Loyola: São Paulo 1983.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BORGES NETO, José. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- CARVALHO, Solange. A verdade e o Discurso científico. In: *Psicopedagoga on-line*, 2006. Disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=815#.VjtYzEpTsy8.
- DASCAL, Marcelo. *Fundamentos metodológicos da linguística* (org). São Paulo: Global universitária, 1978.
- FOUREZ, Gerard. *A Construção das ciências: introdução à filosofia das ciências*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual, PA, 1937.
- KUHN, T.S. *A Estrutura das Revoluções científicas* Perspectiva: São Paulo, 1975.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas* (12ed). São Paulo: Perspectivas, 1991.
- LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. Edusp: São Paulo, 1979.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. (10.ed). São Paulo: Bertrand, 2007.

¹⁰ Refiro-me aqui no sentido de se refletir sobre a validade do conhecimento, sobre o que torna um dado conhecimento aceito como verdadeiro em detrimento de outro.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Saber popular e saber científico*. Rio de Janeiro: Tempo e presença Digital, 1990.

POPPER, Karl. *Conjecturas e Refutações*. Pensamento Científico. Brasília: Editora da UnB, 1980.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *Introdução a uma ciência Pós-Moderna* (3. ed). Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Um discurso sobre as ciências* (7. ed). Porto: Edições Afrontamento, 1991.

_____. *Para uma concepção pós-moderna do direito. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento, 2000.

_____. *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.

XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana (org). *Conversas com Linguistas. Virtudes e controvérsias da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

RESUMO

Este artigo abordou sobre a verdade no discurso científico e no senso comum. Durante a modernidade, a hegemonia da racionalidade científica era fato que reivindicava para si a verdade absoluta. O senso comum também está presente em busca da verdade. Diante desse quadro revelador de que a razão é um bem comum ao ser humano, temos uma hipótese: na Pós-modernidade, com a crise desse paradigma dominante, confere-se valor de verdade ao conhecimento do senso comum. Em busca de comprovar ou não essa hipótese, nosso objetivo foi investigar o *status* da ciência e do senso comum na contemporaneidade. Assim, fundamentamos a pesquisa nos pressupostos teóricos de Sousa Santos (1989; 1991; 2001), Bachelard (1996; 2006), Kuhn (1991), Popper (1980) e Borges Neto (2004), quanto à epistemologia linguística, além dos olhares epistemológicos de outros autores a exemplo de Dascal (1978). Para tanto, realizamos uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa empírica apontaram para o prestígio da ciência na busca pela verdade. Este breve estudo, ainda que preliminar, pode servir de apoio aos estudantes graduandos e pós-graduandos, cujo fazer científico é uma prática constante na vida acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: O fazer científico. O senso comum. Verdade absoluta.

ABSTRACT

This article addressed about the truth at scientific discourse, and at common sense. During the modernity the hegemony of the scientific rationality was a fact that claimed the absolute truth to itself. The common sense is also seeking to the truth. Being in this developer frame that the reason is a “common well” to the humans, we have a hypothesis: In the post modernity, with this dominant paradigm’s crisis, it confers truth value to the knowledge of common sense. Looking for testifying or not testifying this hypothesis, our purpose was to investigate the status of science and common sense in the contemporaneity. Thus, we based the searching in the theoretical assumptions of Sousa Santos (1989; 1991; 2001), Bachelard (1996; 2006), Kuhn (1991), Popper (1980), and Borges Neto (2004), referring to the linguistic epistemology, in addition to other authors epistemological look like Dascal (1978). Therefore, we performed an exploratory research of qualitative approach. The results of the empirical research pointed to the science prestige in the seeking to the truth. This brief study, can be a support to graduate and post graduate students whose the scientific making is the constant practice at academic life.

KEYWORDS: Scientific making. Common sense. Absolute truth.